cies _ iscte
e-Working Paper

# QUEM É QUEM?

## RETRATO SOCIOGRÁFICO E CANAIS DE RECRUTAMENTO DOS E DAS AUTARCAS PORTUGUESAS (2021-2025)

MARGARIDA ESTÊVÃO

Nº 250/2026

CIES e-Working Papers
Av. das Forças Armadas, Edifício CVTT, 1649-026 LISBOA,
PORTUGAL cies@iscte-iul.pt

E-Working Paper | Número 250/2026

# QUEM É QUEM?

## RETRATO SOCIOGRÁFICO E CANAIS DE RECRUTAMENTO DOS E DAS AUTARCAS PORTUGUESAS (2021-2025)

MARGARIDA ESTÊVÃO

cies_iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

Lisboa | junho 2026

© Margarida Estêvão, 2026

Margarida Estêvão
Quem é quem? Retrato sociográfico e canais de recrutamento dos e das autarcas portuguesas (2021-2025)

Primeira publicação: junho de 2026

ISSN: 1647-0893

Conselho editorial:
Sandra Palma Saleiro (coordenadora)
Ana Margarida Barroso
Jorge Vieira
Nuno de Almeida Alves
Rita Cachado
Rosário Mauritti

Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Composição em carateres Futura, 12

Propriedade do título: CIES-Iscte

Correspondência:
CIES-Iscte, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa
Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 21 046 4018
E-mail: cies@iscte-iul.pt

# QUEM É QUEM?

## RETRATO SOCIOGRÁFICO E CANAIS DE RECRUTAMENTO DOS E DAS AUTARCAS PORTUGUESAS (2021-2025)

*Margarida Estêvão*

Margarida Estêvão, é licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (2020) e mestre em Sociologia pelo Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (2022). Atualmente doutoranda em Sociologia na mesma instituição, encontra-se a desenvolver o seu projeto de tese "*Tornar-se político/a?* Trajetórias individuais para a política profissional a nível local" no âmbito de uma bolsa de investigação financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) [UI/BD/154401/2023] e enquadrada no Laboratório de Inovação Metodológica do CIES-Iscte.

## Resumo

O poder local afirmou-se desde a Revolução de Abril de 1974 como um dos pilares centrais do regime democrático português. Ainda assim, apesar da sua relevância política e simbólica, a investigação académica nacional tem privilegiado o estudo do poder central, deixando o universo autárquico relativamente pouco explorado. Este *paper*, que resulta de um projeto doutoral em curso, procura contrariar esta tendência, atualizando o conhecimento disponível sobre o poder local e os seus protagonistas. A partir de um inquérito nacional dirigido aos e às autarcas em funções (2021-2025), este estudo apresenta análise estatística descritiva e uma caracterização sociográfica e biográfica dos e das atuais Presidentes de Câmara Municipal em Portugal, oferecendo uma perspectiva empírica sobre as dinâmicas de recrutamento e renovação da elite autárquica portuguesa.

Os resultados apontam para uma moldura do poder local português como espaço paradoxal, simultaneamente reprodutor de padrões clássicos de seleção de elites, mas também transformador e potenciador das oportunidades para a diversificação social das bases de representação política e de reforço da legitimidade política local.

Palavras-chave: poder local, presidente de câmara municipal, elites políticas, recrutamento político, trajetórias biográficas.

## Abstract

Since the Revolution of 1974, local government has established itself as one of the central pillars of the Portuguese democratic regime. However, despite its political and symbolic relevance, national academic research has focused on the study of central power, leaving the municipal sphere relatively unexplored. This working paper, which is the result of an ongoing doctoral project, seeks to counter this trend by updating the available knowledge on local government and its protagonists. Based on a national survey of incumbent mayors (2021-2025), this study presents descriptive statistical analysis and a sociographic and biographical characterization of the current mayors in Portugal, offering an empirical perspective on the dynamics of recruitment and renewal of the Portuguese local government elite.

The results point to a framework of Portuguese local power as a paradoxical space, simultaneously reproducing classic patterns of elite selection but also transforming and enhancing opportunities for the social diversification of the bases of political representation and the strengthening of local political legitimacy.

Keywords: local power, city council president, political elites, political recruitment, biographical trajectories.

## Introdução

O poder local constitui uma das expressões mais visíveis e duradouras do projeto democrático inaugurado pela Revolução de Abril (Fernandes, 2012; Sousa *et al.*, 2015). A partir de 1974, Portugal acompanhou a tendência observada em várias democracias ocidentais e iniciou um processo de descentralização administrativa e de fortalecimento das instituições políticas locais, com o objetivo de alargar os direitos cívicos e criar novas oportunidades de participação dos e das cidadãs no processo de decisão política (Almeida, 2015: 3-4). Desde a sua consagração na Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de abril de 1976, o poder local tem sido objeto de sucessivas reformas, ajustamentos legais e processos de consolidação institucional, que contribuíram para a sua afirmação como um dos pilares fundamentais da democracia portuguesa contemporânea.

O reconhecimento da centralidade política e simbólica das autarquias gerou diferentes linhas de investigação académica: sobre políticas públicas e funcionamento das Câmaras Municipais (Cameira e Natário, 2015); sobre o processo de descentralização e as reformas do poder local (Teles, 2021); sobre a representação de género (Teixeira, 2017; Saraiva, 2017); ou, ainda, sobre a problemática da longevidade e permanência no cargo de Presidente de Câmara Municipal (Almeida, 2015). Contudo, apesar deste corpo crescente de estudos, permanece relativamente consensual que o poder local continua subvalorizado enquanto objeto de análise, sobretudo quando comparado com o foco científico dominante

nas instituições e elites do poder central (Denters e Rose, 2005; Freire, Lobo e Magalhães, 2007; Goldsmith e Page, 2010).

Esta relativa desvalorização científica contrasta com a relevância simbólica e prática do poder autárquico no funcionamento da democracia portuguesa. A literatura aponta para uma lógica de personalização crescente das eleições autárquicas, com forte concentração do poder político e simbólico na figura de Presidente de Câmara Municipal – frequentemente descrito como peça central da governação local (Freire e Lisi, 2015; Teles, 2021). Compreender quem são estes atores torna-se, por isso, não apenas relevante para o estudo da democracia local portuguesa, mas indispensável para o debate mais amplo sobre representação, recrutamento político e democratização dos canais de acesso ao poder.

Com este *paper* pretendo, assim, contribuir para o preenchimento desta lacuna, atualizando o conhecimento sobre as elites autárquicas portuguesas, a partir da análise e compreensão dos seus percursos individuais. Esta investigação inscreve-se, por isso, numa linha de estudos anteriores de mapeamento e análise das elites locais em Portugal, onde se insere, por exemplo, o trabalho de Maria Antónia Pires de Almeida (2013). Partindo do mesmo objeto empírico – os e as Presidentes de Câmara Municipal – proponho aqui não só uma atualização da leitura histórica e longitudinal das elites municipais (1936-2012) proposta pela autora – porquanto o presente estudo se debruça sobre o período democrático contemporâneo (mandato 2021-2025) e respetivos desafios atuais da gestão autárquica (descentralização, por exemplo) –, mas também uma moldura teórica e crítica focada na articulação entre as trajetórias individuais destes indivíduos e as dinâmicas de recrutamento político a nível local. Assim, acrescentando às perspectivas puramente institucionalistas e/ou que tendem a tratar a emergência dos representantes políticos como processos quase espontâneos, *milagrosamente* adequados ao cargo (Norris, 1997: 8), e partindo de um projeto doutoral em curso e de resultados iniciais de um inquérito por questionário biográfico dirigido aos e às Presidentes de Câmara Municipal (mandato 2021-2025), opto por

explorar os caminhos concretos destes autarcas até ao exercício desta função. Em particular, proponho 1) atualizar a caracterização sociográfica destes autarcas e, com base nessa análise, 2) discutir as dinâmicas de recrutamento das elites autárquicas e respetivo impacto na diversidade social e distribuição do poder no Portugal democrático contemporâneo.

## O poder local em Portugal e os seus protagonistas

Compreender a diversidade de percursos até ao exercício de cargos políticos implica olhar para dois planos complementares: por um lado, o contexto institucional e estrutural – aqui, em particular, a configuração do poder local português e a moldura de oportunidades e constrangimentos por ele criada; e, por outro lado, as biografias, origens, recursos e motivações dos indivíduos que concretizam a ação política (Norris, 1997). Este *paper* centra-se sobretudo no segundo ponto, mas não subestima a articulação entre as duas dimensões mencionadas, partindo necessariamente de uma caracterização da organização da democracia local portuguesa.

O poder local em Portugal constitui uma instância governativa autónoma e democrática, representada pelas autarquias locais, a saber municípios e freguesias, responsáveis pela identificação das necessidades das populações e pela intervenção na melhoria das suas condições de vida (Saraiva, 2017: 43). O atual modelo institucional emergiu com um novo ímpeto após a Revolução Democrática de 1974 e a consagração constitucional de 1976. Desde então, são conhecidas várias fases de desenvolvimento (ver Sousa *et al.*, 2015) que introduziram alterações graduais e redefiniram competências e o modelo de organização interna e de relação com o Estado central.

Entre as autarquias, o município destaca-se como "de longe, a autarquia com mais relevo na administração local" (Oliveira, 2021: 57). A Constituição e respetiva legislação (Lei n.º 86/1976 de 10 de Abril; Lei n.º1/2001 de 14 de Agosto) estabelecem dois órgãos representativos: a

Assembleia Municipal, dotada de poderes deliberativos, e a Câmara Municipal, órgão executivo colegial, fiscalizada pela Assembleia Municipal. Quanto ao regime eleitoral, o texto constitucional acrescenta ainda que os membros de ambos os órgãos são eleitos por sufrágio universal, direto e secreto, pelos cidadãos e cidadãs recenseados/as na área da respetiva autarquia. Sobre a Assembleia Municipal, composta pelos deputados eleitos diretamente nas eleições autárquicas e pelos presidentes das juntas de freguesia que integram o concelho por inerência, "recai o acompanhamento e votação das principais iniciativas, regulamentos e instrumentos de governação do município" (Teles, 2021: 69). A Câmara Municipal, órgão colegial, por sua vez, integra representação da oposição política e concentra grande parte das competências na figura de Presidente de Câmara – o ou a cabeça-de-lista da candidatura mais votada – "que pode delegar competências em vereadores, com a atribuição de pelouros e responsabilidades por áreas de governação específicas" (Teles, 2021: 68-69). Em conjunto, estes órgãos corporizam um modelo de democracia descentralizada, atribuindo aos municípios responsabilidades fundamentais no domínio dos serviços públicos, do planeamento e ordenamento do território, bem como do desenvolvimento socioeconómico (Cruz e Marques, 2014; Tavares, 2022).

Ora, no plano empírico, diversos estudos têm documentado padrões persistentes no funcionamento *de facto* da política municipal portuguesa: executivos monocromáticos; coligações maioritárias; partidos e autarcas com longevidade no poder; bem como omnipotência e omnipresença dos e das Presidentes de Câmara Municipal (Sousa *et al.*, 2015; Almeida, 2015; Teles, 2021). De facto, a literatura converge na ideia de uma personalização crescente das eleições autárquicas, com forte concentração do poder político e simbólico na figura de Presidente de Câmara Municipal (Fernandes, 2012; Freire e Lisi, 2015; Sousa *et al.*, 2015; Teles, 2021; Oliveira, 2021). Cândido de Oliveira, por exemplo, chega mesmo a equipar a presidência da Câmara Municipal a órgão do município, na medida em que "a Constituição tem o cuidado de indicar que o presidente

de câmara é eleito diretamente (o primeiro da lista mais votada) e a lei ordinária atribui-lhe importantes poderes próprios que permitem caracterizá-lo como órgão" (2021: 61).

A centralidade deste cargo reforça a importância de estudar não apenas as instituições, mas também os atores que as integram e nelas concretizam a ação política. O poder político não se esgota na arquitetura institucional: é exercido por indivíduos concretos, com percursos, recursos e motivações singulares que, ao interpretarem e desempenharem os cargos, podem moldar o funcionamento efetivo do sistema (Norris, 1997).

As teorias clássicas das elites, de autores como Mosca (1939), Pareto (1935), Mills (1956), Putnam (1976) e Michels (1982) apontam que, em última instância, a governação, em qualquer nível de poder, corresponde ao exercício do poder por uma minoria organizada sobre a maioria (Pareto, 1935). Contudo, sem subscrever leituras deterministas – quer a ideia de que as elites seriam uma característica inerente a todas as sociedades porquanto *alguns* indivíduos seriam superiormente dotados, nascendo com qualidades "superiores" para governar (ver Higley, 2010); quer a conceção de que a política se desenvolve num campo radicalmente separado da vida social a que apenas alguns acedem, sublinho que o acesso às elites políticas – à tal minoria organizada – parece depender de uma combinação de fatores estruturais (ligados às regras e redes de recrutamento disponíveis, por exemplo) e individuais (ligados a atributos biográficos, formação e socialização, por exemplo) (Norris, 1997; Best e Cotta, 2000).

Os estudos comparativos existentes demonstram que as trajetórias políticas variam significativamente no tempo e no espaço (ver Kazee, 1994; Norris e Lovenduski, 1995; Wessels, 1996) variando de acordo com as molduras contextuais, mas podem apresentar padrões estáveis sob certas condições e arquiteturas institucionais (Norris, 1997). Em Portugal, a literatura sobre elites políticas – maioritariamente as centrais – tem identificado um padrão de recrutamento monopolizado pelos partidos políticos (Freire, Lobo e Magalhães, 2007; Lisi, 2011), com

predominância de indivíduos do sexo masculino, altamente qualificados em áreas específicas (como as engenharias ou o direito) e oriundos de profissões liberais (Freire, 1998; Leite Viegas e Faria, 1999; Tavares de Almeida e Costa Pinto, 2004; Espírito Santo e Baum, 2004; Abrantes e Roldão, 2014; Teixeira, 2017; Mineiro, 2019). Estes estudos pendem para a confirmação das tendências clássicas sobre a seletividade restritiva na formação e composição das elites políticas (Abrantes e Roldão, 2014: 1058).

É precisamente face a esse padrão historicamente consolidado que se torna relevante atualizar e aprofundar o conhecimento sobre os percursos individuais dos e das atuais[1] Presidentes de Câmara Municipal até ao exercício desse cargo. Conhecer quem são os e as autarcas portuguesas, como chegaram ao cargo e quais os recursos e motivações que os mobilizaram é não só parte imprescindível do estudo do poder local, como também um passo fundamental na discussão sobre a diversificação social dos representantes políticos, a democratização dos canais de acesso ao poder político e, em última instância, a distribuição democrática do próprio poder no sistema político português.

## Estudar as elites: metodologia e obstáculos

Como indicado, este *paper* resulta de uma investigação doutoral em curso, centrada na análise dos percursos dos e das atuais Presidentes de Câmara Municipal até ao exercício desse mesmo cargo. Os objetivos desta investigação motivam uma pesquisa ampla no tipo de informação que procura recolher e compreender, e na lente de análise que coloca sobre o objeto de estudo. Nesse sentido, a investigação segue um desenho de pesquisa sequencial de métodos mistos (Creswell *et al.*, 2003; Hewson, 2006; González-Díaz e Bustamante-Cabrera, 2021), apoiado na realização de um inquérito por questionário disponibilizado ao universo total de

1 Refiro-me sempre ao tempo de escrita deste artigo e, portanto, aos e às autarcas que cumpriram o mandato 2021-2025.

Presidentes de Câmara Municipal (n=308) e na realização de entrevistas biográficas a uma amostra destes autarcas. Apresento neste *paper* uma primeira análise e discussão dos resultados obtidos através do inquérito por questionário biográfico.

O inquérito por questionário foi construído em formato online, a partir do software *qualtrics*, e disponibilizado ao universo total de Presidentes de Câmara Municipal em Portugal (n=308). Dependendo da facilidade de acesso aos e-mails, entre maio e junho de 2024 fiz chegar a todas as Câmaras Municipais, Gabinetes de Apoio à Presidência ou aos/às próprios/as Presidentes de Câmara, um e-mail com a apresentação deste estudo e de mim mesma, sublinhando a importância da participação dos e das autarcas para o sucesso desta pesquisa, e a relevância da mesma para o estímulo da partilha de conhecimento sobre o poder local português. O objetivo particular deste inquérito passava pela análise da sociografia dos atuais Presidentes de Câmara Municipal em Portugal, bem como a introdução de questões biográficas relativas às suas trajetórias pessoais, profissionais e políticas. Deste modo, a construção de um inquérito biográfico fundou-se na possibilidade de combinar a recolha sistemática de dados sociográficos a um grande número de pessoas inquiridas, introduzindo uma análise com profundidade temporal e contextual da reconstituição das trajetórias de vida dos autarcas. Ainda que, no âmbito do projeto doutoral em curso, tenha recorrido a outras fontes de informação referente a estes atores, nesta fase optei por privilegiar os dados fornecidos pelos próprios autarcas, uma vez que a informação pública disponível é variável e, muitas vezes, produzida por terceiros, nem sempre refletindo *de facto* as experiências individuais dos atores políticos em estudo. Este objetivo sublinha o reconhecimento de que compreender a composição do campo político local só é possível depois de conhecer a diversidade de origens e trajetórias dos protagonistas que nele atuam.

Todavia, as dificuldades de acesso ao campo foram-se impondo desde cedo. Após os primeiros contactos via e-mail, iniciados em maio de 2024 e que estipulavam um prazo de resposta até final do mês de agosto

do mesmo ano, as taxas de resposta permaneciam baixas, somando ainda submissões de inquéritos com muitas não-respostas e/ou incompletos. Como tal, avancei para uma segunda tentativa de contacto com os autarcas, desta vez por contacto telefónico (Chamboredon, Pavis, Surdez e Willemez, 1994: 122; Walgrave e Joly, 2018: 2226-2227). Durante o mês de outubro de 2024, contactei todas as Câmaras Municipais cuja resposta por parte do ou da Presidente de Câmara estivesse ainda em falta. Este período, de forma inesperada, acabou por revelar-se também um momento útil de análise, já que, tal como sugere a literatura, o acesso aos autarcas foi maioritariamente difícil, verificando-se situações em que os contactos intermédios assumiam o desinteresse ou indisponibilidade, a ausência dos autarcas, ou até a possibilidade de outra pessoa responder pelo Sr. Presidente ou pela Srª. Presidente. Ainda assim, nem todos os contactos seguiram esta linha. Muitos dos técnicos com quem contactei demonstraram-se disponíveis para ajudar e fazer chegar o pedido aos autarcas. De facto, após os primeiros dias de contactos telefónicos, a taxa de resposta foi registando ligeiros aumentos.

Mais ainda, durante este período foi também ficando evidente que a minha entrada no campo político local estaria limitada pela desigualdade de posições sociais entre a investigadora, eu própria, e os autarcas e restante pessoal técnico de contacto intermédio. De facto, qualquer momento de recolha de dados que inclua momentos de interação entre indivíduos deve ser entendido como um processo social e relacional porquanto se apresenta "como uma interação entre dois indivíduos socialmente situados tanto em relação ao mundo quanto um ao outro" (Chamboredon, Pavis, Surdez e Willemez, 1994: 117). Neste sentido, a minha posição enquanto mulher estudante de doutoramento não deixa de produzir um marcador social na relação com os e as Presidentes de Câmara Municipal que participam do grupo dos "dominantes" e da elite local portuguesa. Se, como veremos, os padrões de recrutamento a nível local parecem indicar relativa diversificação social e percursos de mobilidade social ascendente – e, por isso, uma menor distância entre as

origens sociais dos e das intervenientes – não deixa, no entanto, de se verificar uma hierarquia associada ao estatuto simbólico e institucional que cada posição – a de *presidente* e de *estudante* – representa no contexto de interação. Como tal, à medida que fui ficando mais confortável com o discurso utilizado aquando destes contactos e fui refletindo sobre estas dinâmicas de poder e sobre a relação hierárquica que se impunha, alterei o modelo da minha apresentação substituindo o título de "estudante de doutoramento" pelo de "investigadora de doutoramento" ou "professora". De facto, mais do que o impacto desta alteração nas taxas de resposta ao inquérito por questionário, verifiquei diferenças claras no modo como o contacto e o pedido de participação era recebido: o tratamento pelo nome próprio foi, por vezes, substituído pelo título de "Sr. Professora" e identifiquei uma maior disponibilidade para fazer chegar a mensagem e atender ao pedido de resposta.

No que diz respeito ao conteúdo deste questionário, e dado que procurava, nesta primeira fase, captar as dimensões macrossociais da sequência de acontecimentos da vida destes indivíduos (Heinz, 2003: 74; Nico, 2011: 299), foram definidos cinco blocos temáticos, organizados cronologicamente: 1) Conhecer o/a autarca; 2) Trajetória escolar e profissional; 3) Trajetória política; 4) Ambiente familiar, origens sociais e socialização política; 5) Perspetivas profissionais futuras e relação com o município. No primeiro bloco, que serviu de bloco introdutório, foram colocadas questões sociodemográficas gerais (ex.: nacionalidade, naturalidade, idade, género, estado civil e residência) e referentes à ocupação do cargo de Presidente de Câmara Municipal (ex.: presidente de que Câmara Municipal e âmbito de eleição). Posteriormente, o segundo bloco motivava algum exercício de memória por parte dos e das respondentes, na medida em que incluía questões sobre a trajetória escolar e profissional. Relativamente à primeira, questionei os autarcas sobre o concelho, o tipo de instituição (pública ou privada), e o ano de início e término para cada ciclo de estudos concluído; colocando ainda questões sobre áreas de estudo e vida associativa. Já no que se refere à trajetória profissional,

coloquei questões diretas sobre as ocupações profissionais que os autarcas desempenharam durante o curso de vida, bem como as várias situações perante o trabalho, mas incluí também perguntas abertas com o objetivo de motivar os e as respondentes a refletir sobre a sua identificação profissional e a dimensão especializada (ou não) do cargo que ocupam (Cozinheiro e Vieira, 2008: 161; Dubar, 2012). Este momento foi utilizado como ponte temática para o bloco seguinte que se debruçou, de forma mais pormenorizada, sobre a trajetória política de cada indivíduo, oferecendo espaço não só para identificação dos vários cargos e relações político-partidárias, mas também para momentos de reflexão relativos à construção da subjetividade política. Num quarto momento introduzi questões sobre as origens sociais de cada autarca (habilitações e profissões dos pais, por exemplo), motivando considerações sobre o ambiente familiar em que cresceram e a sua importância nos processos de socialização política e profissional. Por fim, o último bloco temático interrogava os autarcas sobre as suas perspetivas profissionais futuras (políticas ou não), introduzindo ainda uma dimensão mais reflexiva referente à relação do ou da autarca com o município onde exerce atualmente o cargo de Presidente de Câmara.

## Quem é quem? Caracterização sociográfica e biográfica da elite autárquica portuguesa

Após as duas tentativas de contacto com as Câmaras Municipais (em primeiro lugar via e-mail e posteriormente por contacto telefónico), a aplicação deste inquérito por questionário resultou em 152 respostas, o que, num universo de 308 indivíduos, corresponde a uma taxa de resposta de 49%. No entanto, após as primeiras análises, 50 entradas foram excluídas por terem sido consideradas inválidas (por repetições, ausência de consentimento informado ou submissões anónimas), resultando num novo total de 102 respostas válidas, a que corresponde uma nova taxa de resposta de 33%. Ainda que a literatura sublinhe a dificuldade em

alcançar taxas de resposta com valores superiores – "as experiências de inquéritos sobre elites políticas registam (…) uma taxa de resposta média de 28%" (Kertzer e Renshon, 2022: 534) – e embora as dificuldades de acesso ao campo fossem expectáveis, este valor impele cautela na interpretação dos resultados.

Esta primeira análise apresenta a caracterização sociográfica do universo de Presidentes de Câmara Municipal inquiridos de acordo com a leitura de alguns indicadores (género, habilitações escolares, áreas de formação, profissões de origem, origens sociais, naturalidade, local de residência e experiência política), ainda que não se debruçando sobre a totalidade de dimensões analíticas incluídas no inquérito por questionário. Pretendo, deste modo, realizar uma primeira exploração centrada na caracterização sociodemográfica e das trajetórias dos inquiridos e inquiridas, e na articulação desses perfis com as dinâmicas de acesso ao poder político e com a diversificação da composição das elites locais. Trata-se, portanto, de uma discussão inicial e focalizada, que não esgota o potencial analítico do inquérito biográfico, mas que constitui um passo essencial para compreender como fatores estruturais e trajetórias individuais se combinam na formação das elites autárquicas contemporâneas. Começo esta análise atentando à variável género.

Os estudos eleitorais portugueses mais recentes têm apontado o aumento da participação feminina na ocupação de cargos políticos, quer a nível local (Teixeira, 2017; Saraiva, 2017) como no nível central (Martins, 2012; Mineiro, 2019), sublinhando a democratização dos processos eleitorais, principalmente a partir de 2006 com a aprovação da Lei da Paridade[2] (Saraiva, 2017). De facto, entre o total de inquiridos, 17,3% são mulheres que ocupam, atualmente, o cargo de Presidente de Câmara

2 "a Lei da Paridade, que estabelece uma representação mínima de 33,3% de cada um dos sexos nas listas para a AR, Parlamento Europeu e órgãos do Poder Local (8). O legislador português adotou a «quota-dupla» ou sistema «fecho éclair» (…), relativo à ordenação dos elementos dos dois sexos nas listas, que determina que cada terceiro candidato seja do sexo oposto. Deste modo, previne-se que as candidatas sejam colocadas no final das listas, com poucas possibilidades de eleição." (Saraiva, 2017: 43).

Municipal. Verifica-se, todavia, uma sobrerrepresentação de respondentes mulheres relativa ao universo[3], pelo que é necessário atentarmos a outros valores.

Na véspera das eleições autárquicas de 2021, Portugal contava com 32 mulheres Presidentes de Câmara, valor que corresponde a pouco mais de 10% no universo total do cargo (Sapage e Almeida Mendes, 2021). Se este valor já era baixo, indicativo da hegemonia masculina na composição das elites políticas, o resultado imediato das eleições desse ano provocou um ligeiro recuo de 32 para 29 mulheres no exercício do cargo (cerca de 9,4% do total). Como tal, se, por um lado, parece indiscutível o efeito imediato produzido pela Lei da Paridade enquanto mecanismo potenciador da representatividade feminina nas elites políticas quer centrais (Martins, 2012) quer locais (Teixeira, 2017); por outro lado, a leitura destas tendências deve ser feita com cautela, porquanto este caminho aparenta ser mais labiríntico do que linear (Martins, 2012: 60). A análise por níveis de poder sugere mesmo ritmos diferenciados de crescimento de acordo com a natureza dos cargos ocupados: a representação feminina aumenta com maior expressão em órgãos deliberativos do que nos órgãos executivos, persistindo resistências na "colocação de mulheres em lugares elegíveis quando se tratam de posições de maior relevo e exposição públicas (…) apontando para a persistência de papéis sociais assimétricos de género que associam as mulheres [a lugares de] apoio" (Teixeira, 2017: 268) e menos de tomada de decisão. Apesar dos avanços legais e institucionais, a sub-representação das mulheres nos cargos executivos locais indica que a democratização formal não se traduziu ainda em plena paridade substantiva.

Contrariamente a profissões como a de médicos/as, engenheiros/as ou advogados/as, cujas culturas profissionais estão consolidadas e

3 Como mencionado, no âmbito deste projeto doutoral recorri a outras fontes de informação pública aqui mobilizadas para aferir a representatividade da amostra. Se, por um lado, se verifica uma sobrerrepresentação de respondentes mulheres, explorada no corpo do texto, a taxa de resposta é, por outro lado, proporcional noutras dimensões, tais como variação por partidos e representação geográfica (em particular, NUTs II). Estes valores serão explorados no futuro.

materializadas em trajetórias formativas padronizadas e ordens profissionais, não existem – até certo ponto – qualificações *obrigatórias* para exercer um cargo político (Norris, 1997: 3). Ainda assim, o acesso, a adaptação e a permanência no campo político parecem depender, em parte, da posse e mobilização de um tipo particular de capital, o capital político, entendido como a combinação de outros tipos de capitais – capital compósito (ver Mineiro, 2022: 126-131) –, e, em particular, de competências, recursos, redes e conhecimentos específicos que conferem aos indivíduos ferramentas úteis para atuar eficazmente num campo orientado por uma linguagem, lógica de funcionamento e *corpus* de saberes próprios (Bourdieu, 2011: 174). De facto, a larga maioria dos inquiridos (84%) possui formação superior, com um peso importante ao nível da licenciatura (44% dos inquiridos) e aposta em graus mais elevados: 14,7% dos inquiridos concluíram uma pós-graduação, 17,3% concluíram o mestrado, e 8% o doutoramento (figura 1)[4].

Esta tendência de qualificação pode ser interpretada como resultado da crescente complexificação e especialização técnica da democracia local (Almeida, 2015; Teles, 2021). Se no poder central predomina ainda a formação jurídica – reflexo da importância da produção e interpretação legislativa na Assembleia da República (Freire, Matos e Sousa, 2001: 71; Tavares de Almeida e Costa Pinto, 2004: 21; Mineiro, 2019: 19) –, ao nível autárquico parece verificar-se uma alteração no perfil de Presidente de Câmara, com maior expressão das competências de administração e gestão (Fernandes, 2012). De facto, entre os inquiridos que frequentaram o ensino superior, a maioria frequentou cursos nas áreas de economia e/ou gestão (35,5%), contrastando com uma menor relevância da área do direito e ciências jurídicas (14,5% dos inquiridos e inquiridas) (figura 2).

4 Para efeitos de comparação, segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 2024, a taxa de escolaridade do nível de ensino superior (Série 2021 - %) da população residente com idade entre 25 e 64 anos seria de 31,4% (ver em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011327&contexto=bd&selTab=tab2).

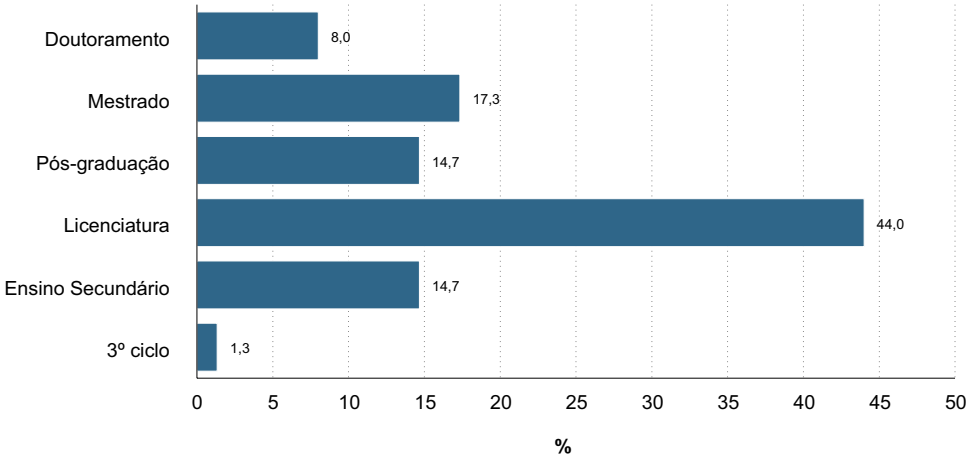



**Figura 1** Graus de escolaridade dos e das Presidentes de Câmara Municipal inquiridos/as, por percentagem (n=75**)**

Fonte: Produção própria.

Se, por um lado, as principais áreas de formação coincidem entre os dois níveis de poder (local e central) – a saber, direito, economia, gestão e engenharia – poder-se-á, por outro lado, sugerir uma possível diferenciação do perfil de competências dos indivíduos de acordo com o cargo político ocupado e respetivas aptidões exigidas. Atente-se, por exemplo, ao grupo de Presidentes de Câmara formados em ciências agrárias e ambientais (3,2%). Esta especificidade formativa pode ser lida como expressão de um padrão de recrutamento diferenciado e orientando pelas particularidades do município. Neste caso, em municípios com uma forte componente rural ou dependência de setores primários, por exemplo, competências associadas à gestão de recursos naturais ou à agricultura podem ser percecionadas como particularmente relevantes, reforçando a atratividade de candidatos e candidatas com percursos académicos ajustados à identidade local.

A possível diferenciação de padrões de recrutamento de acordo com o nível de poder e natureza do cargo parece refletir-se também nas diferenças ao nível dos percursos profissionais dos representantes políticos

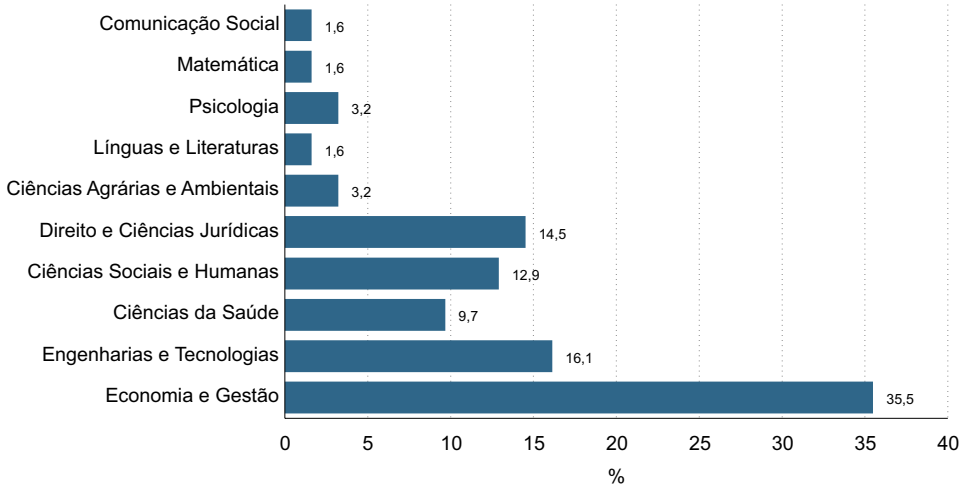



**Figura 2** Áreas de formação superior dos e das Presidentes de Câmara Municipal inquiridos/as, por percentagem (n=62)

Fonte: Produção própria.

portugueses. Desde a II Legislatura, as profissões liberais — em particular a advocacia — figuram entre os percursos mais comuns dos deputados e das deputadas portuguesas (Freire, Matos e Sousa, 2001: 78), tendência que parece manter-se (Mineiro, 2019: 19). Entre os e as autarcas inquiridas, por sua vez, a profissão de origem mais comum é a de técnico/a superior (17,3%), com menor expressão de profissões como advogado/a (7,7%), engenheiro/a (7,7%), gestor/a (5,8%) ou economista (3,8%). Estes dados, todavia, não são suficientes para contrapor a importância de profissões socialmente reconhecidas e do enraizamento comunitário da profissão de origem dos autarcas – advogados/as, médicos/as ou professores/as de renome, por exemplo (Monteiro, 2012). Se, por um lado, os perfis e percursos profissionais e académicos dos autarcas inquiridos parecem afastar a ideia de uma padronização do recrutamento político, cego às particularidades do cargo ocupado, e sugerir canais de recrutamento mais abertos à diversidade funcional; por outro lado, poderá ser importante discutir se este forte aumento do capital cultural não implica um enviesamento da composição social dos eleitos perante o seu eleitorado.

No que diz respeito à análise das origens familiares dos e das Presidentes de Câmara Municipal inquiridos/as, os dados revelam uma tendência clara de ascensão social. A maioria dos pais e das mães dos autarcas apresenta níveis educativos baixos: a grande maioria concluiu apenas o primeiro ciclo (55,7% no caso dos pais e 59,3% no caso das mães), enquanto a frequência do ensino superior é residual (6,6% no caso dos pais e 8,5% no caso das mães) e sempre relativa à licenciatura (figura 3 e 4). Em termos profissionais, os perfis familiares predominantes refletem setores de menor prestígio socioeconómico (Erikson, Goldthorpe e Portocarero, 1979): entre os pais destacam-se operários fabris e outros trabalhadores manuais (11,8%), agricultores (5,8%) e comerciantes (5,8%), enquanto entre as mães predominam as trabalhadoras domésticas (25,3%). Estes dados indicam que grande parte dos e das atuais Presidentes de Câmara provém de contextos sociais modestos, evidenciando trajetórias de mobilidade ascendente.

Se recuperarmos a leitura sobre o capital político introduzida anteriormente, a relevância destes dados torna-se evidente. Se o capital cultural e simbólico constitui um recurso central para a ascensão social, sendo muitas vezes acumulado através da educação formal e da experiência profissional (Bourdieu, 2011), no caso dos autarcas inquiridos, a aquisição destes recursos parece ter acontecido sobretudo a partir das experiências educativas, em particular pela frequência do ensino superior, atuando como mecanismo de superação das desvantagens associadas à posição social de origem. Embora o poder político local tenha historicamente privilegiado determinadas profissões e qualificações (Almeida, 2013), estes dados sugerem que trajetórias individuais de ascensão social são possíveis, refletindo mobilidade social e diversificação dos perfis políticos.

Numa outra dimensão, nem sempre o local de nascimento dos autarcas coincide com o concelho que presidem: se a maioria (63,3%) preside atualmente o concelho de onde é natural ou um concelho vizinho – entenda-se, do mesmo distrito –, é possível identificar migrações mais

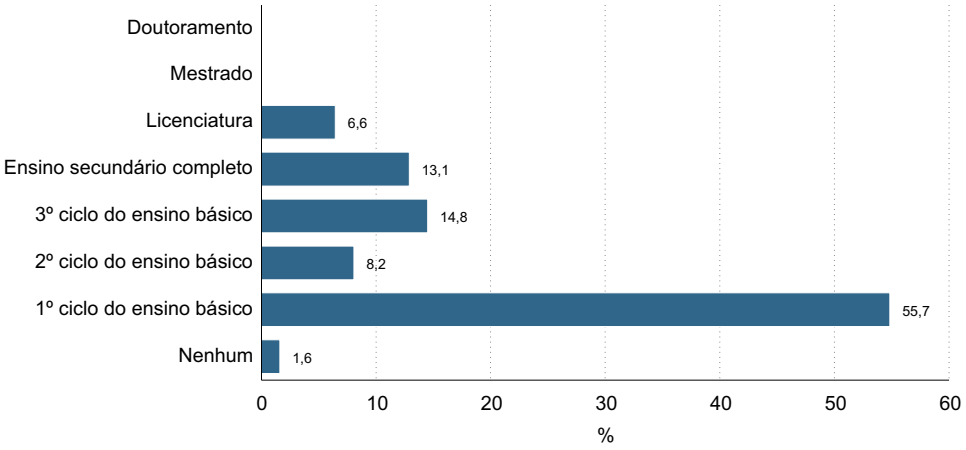



**Figura 3** Habilitações escolares dos pais dos e das Presidentes de Câmara Municipal inquiridos/as, por percentagem (n=62)

Fonte: Produção própria.

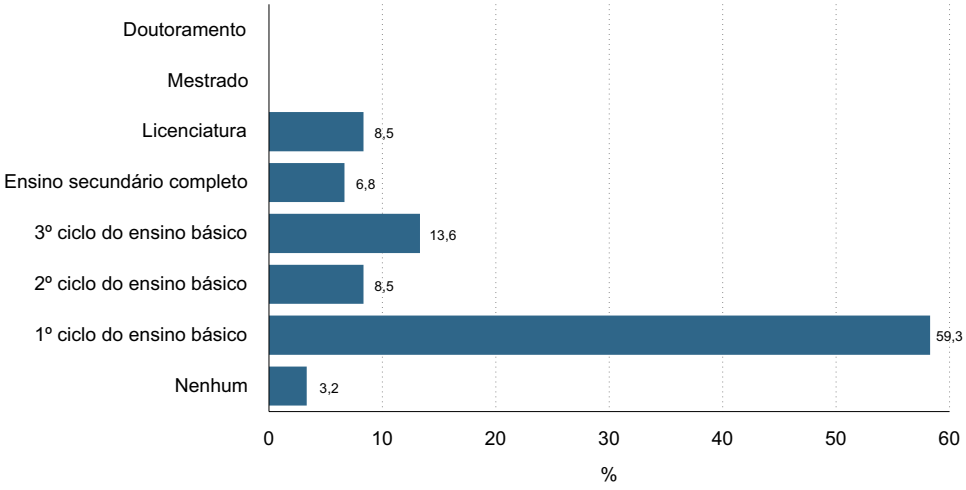



**Figura 4** Habilitações escolares das mães dos e das Presidentes de Câmara Municipal inquiridos/as, por percentagem (n=62)

Fonte: Produção própria.

significativas a nível geográfico. Todavia, a esmagadora maioria dos e das Presidentes de Câmara inquiridos/as reside no município que preside (96,1%). Este dado reforça a ideia de que o recrutamento político — e, pelo menos em parte, o exercício do cargo — permanece ancorado nas especificidades territoriais. A proximidade geográfica não garante apenas um conhecimento mais profundo das dinâmicas sociais, económicas e culturais do município, como contribui também para a construção de legitimidade política assente em laços de pertença e reconhecimento comunitário – remetendo, novamente, à ideia do capital político exigido. Assim, a coincidência entre o município presidido e o de residência atual dos inquiridos sugere que, mesmo num contexto de crescente profissionalização da carreira política (Freire, 2002), a ligação ao território continua a ser um recurso central no acesso e no desempenho de cargos executivos locais.

Segundo André Freire (2002), a profissionalização política traduz-se no processo de transformação da atividade política numa ocupação estável e especializada. Essa profissionalização manifesta-se, sobretudo, através da integração e ocupação de cargos nos órgãos dirigentes partidários — sinalizando enraizamento no campo político — e da acumulação e continuidade no desempenho de cargos eletivos, indicativa de especialização funcional. Ora, entre os e as Presidentes de Câmara Municipal inquiridos/as, apenas 9% foram deputados/as à Assembleia da República e nenhum/a indica ter qualquer experiência europeia. Se ao nível da experiência política local os valores são ligeiramente distintos, já que a grande maioria ocupou o cargo de vereador (45,1%) e registam-se algumas experiências nos restantes órgãos das autarquias (2,9% dos inquiridos foram presidentes e 37,3% foram membros da Assembleia Municipal; 9,8% foram presidentes e 7,8% foram vogais da Junta de Freguesia), não se destacam grandes carreiras executivas continuadas, uma vez que a maioria dos inquiridos estava – na altura de realização do inquérito – a cumprir o 1º mandato no exercício do cargo de Presidente de Câmara Municipal (50,8%). Nesta linha indicativa de trajetórias políticas menos expansivas acresce que a maioria dos inquiridos não fez parte de

nenhuma juventude partidária (57,4%) e pelo menos 25 indicam que o primeiro contacto político acontece com uma candidatura ou desempenho de um cargo político – destes 25, 3 especificam candidaturas à Câmara Municipal. Em conjunto, estes dados sugerem trajetórias políticas relativamente curtas e pouco profissionalizadas, contrastando com a lógica de carreiras políticas lineares e progressivamente especializadas descrita por Freire.

Estes últimos valores, contrastam, no entanto, com a persistência da hegemonia das listas partidárias nos modelos de candidaturas políticas. Entre os autarcas inquiridos, a grande maioria (70,6%) integrou uma lista partidária no âmbito da candidatura às últimas eleições autárquicas, contrastando com uma percentagem residual de candidaturas por listas de cidadãos (7,8%). Assim, mesmo perante uma aparente moldura de diversificação social da composição das elites políticas locais e respetivas trajetórias individuais, importa reconhecer que os partidos políticos continuam a atuar como *gatekeepers* decisivos do campo político (Norris e Lovenduski, 1995; Freire, 1998; Freire, Lobo e Magalhães, 2007; Lisi, 2011) – de facto, mais de 85% das e dos autarcas inquiridos são militantes partidários.

Se, por um lado, estes valores parecem negar a definição de lógicas estandardizadas de recrutamento ao nível local, na medida em que se reúne uma maior diversidade de experiências e trajetórias entre os Presidentes de Câmara Municipal eleitos – reforçando, por isso, a ideia da democratização dos canais de participação política ao nível local; por outro lado, poderão ser apenas indicativos de uma confirmação da tendência de hierarquização dos percursos políticos (ver Norris, 1997: 3-4) e da compreensão do poder local como uma "etapa numa carreira política mais ampla" (Almeida, 2015: 2) – de facto, pelo menos 39,2% dos inquiridos ambicionam exercer cargos políticos no futuro. Neste caso a frequência de cargos políticos locais poderá ser entendida como oferecendo um conjunto de experiências comuns, integradas nos processos de socialização ao exercício do poder político (Norris, 1997).

Todavia, esta leitura levanta duas reservas. Em primeiro lugar, sugere uma suposta uniformização das competências específicas necessárias ao exercício de diferentes cargos políticos em diferentes arquiteturas institucionais, pressupondo que a experiência acumulada num cargo prepara os atores, de forma linear e automática, para o exercício de um outro. Em segundo lugar, pressupõe uma progressão hierárquica implícita entre o nível local e o nível central, impondo um desequilíbrio de exigência funcional do exercício de poder entre os dois, subalternizando a importância e a especificidade do poder local.

## Trajetórias políticas locais e a diversificação social do exercício do poder

A leitura dos resultados aqui apresentados e da discussão proposta deve ser feita de acordo com as particularidades deste estudo. Os resultados deste inquérito indicam que, embora o perfil dos e das Presidentes de Câmara portugueses/as apresente características próximas à de outros representantes políticos – pelo menos em algumas das dimensões analisadas –, existem sinais de diferenciação que refletem particularidades territoriais e funcionais dos municípios e que sugerem lógicas de recrutamento próprias. Todavia, o compromisso com a responsabilidade científica implica sublinhar, novamente, que a taxa de resposta obtida não ultrapassa os 33%. Embora o inquérito tenha sido disponibilizado ao universo total dos e das Presidentes de Câmara Municipal em funções, tendo sido realizados pelo menos dois contactos, com suportes distintos, nem todos os autarcas responderam ao inquérito. Como tal, é necessária cautela na leitura dos resultados, uma vez que estes podem ser sugestivos de determinadas tendências e conclusões que carecem de verificação e aprofundamento em fases futuras da pesquisa. Mais ainda, destaco que a própria experiência de recolha de dados oferece um vislumbre indireto sobre a natureza do campo político que se pretendeu analisar. O facto de, após dois contactos com todas as Câmaras Municipais, a taxa de resposta

se ter fixado nos 33% revela, por um lado, as dificuldades inerentes ao estudo de elites políticas — um universo habitualmente vedado por filtros institucionais e constrangimentos de agenda — e, por outro, espelha, de certa forma, os próprios mecanismos de acesso e obstáculos que estruturam a entrada neste campo. Ao estudar os canais de recrutamento e de acesso ao poder local, a investigação deparou-se com resistências que não deixam de dialogar com a ideia de que o campo político é um espaço diferenciado, seletivo e marcado por assimetrias de acesso, mesmo para fins analíticos e académicos.

Mais ainda, utilizo neste *paper*, por várias vezes, o conceito *recrutamento*. A subscrição deste conceito e respetiva utilização nesta discussão deve-se não só à sua presença e protagonismo na maioria das referências teóricas mencionadas – facilitando, por isso, a discussão e comparação de perspectivas –, mas também por falta de outro igualmente esclarecedor das dinâmicas em estudo. Todavia, é importante sublinhar que esta utilização conceptual não procura, de qualquer modo, retirar capacidade de agência aos indivíduos ou valor analítico à perspectiva biográfica. Não procuro, por isso, motivar uma compreensão exclusivamente institucionalista destas dinâmicas e/ou focada na convicção de que os indivíduos são selecionados e colocados em cargos políticos, independentemente das suas trajetórias individuais. A leitura da análise aqui apresentada deve ser feita precisamente no sentido oposto, à luz da singularidade de cada trajetória individual e do modo como as experiências destes e destas autarcas compõem os seus percursos até ao exercício do cargo de Presidente de Câmara Municipal.

Ora, posto isto, próximos da realidade do poder central, os dados revelam que as mulheres continuam a ter uma presença minoritária nos cargos executivos municipais. Embora a Lei da Paridade tenha introduzido um impulso formal para a participação feminina na política, a representação das mulheres nas presidências de câmara mantém-se baixa e não acompanha o ritmo de crescimento verificado no exercício de outros cargos, em particular os dotados de funções deliberativas. Esta sub-representação

feminina sugere que vigora ainda uma conceção masculinizada do campo político porquanto os canais de recrutamento autárquico permanecem, em larga medida, orientados por lógicas moldadas em contextos historicamente masculinizados, que tendem a reproduzir barreiras informais de acesso às mulheres (Norris & Lovenduski, 1995; Teixeira, 2017). O crescimento mais acelerado e evidente da representação feminina em órgãos deliberativos reflete esta discriminação funcional de género, já que implica a persistência de uma visão descrente na capacidade de liderança das mulheres, associando-as preferencialmente a papéis de apoio às estruturas de decisão, e não ao exercício direto do poder executivo (Teixeira, 2017). Este desequilíbrio de género traduz-se numa limitação clara da diversidade representativa do exercício do poder político, com impacto na capacidade de os órgãos autárquicos refletirem a heterogeneidade da sociedade local.

Esta fragilidade, todavia, não está circunscrita à desigualdade de género na composição das elites políticas. No que respeita às habilitações escolares e áreas de formação, os resultados do inquérito permitem identificar um padrão de elevada qualificação dos autarcas, com forte peso de graus superiores. Esta tendência alinha-se com um processo mais amplo de especialização funcional da política local (Almeida, 2015; Teles, 2021), sugerindo que a complexificação dos instrumentos de governação municipal poderá favorecer, ou, pelo menos, motivar o aumento de candidaturas de indivíduos com competências técnicas e académicas específicas, nomeadamente em áreas de gestão, economia ou planeamento territorial. Se, por um lado, esta transformação contribui para uma maior eficácia administrativa, por outro levanta questões sobre o efeito de filtragem social que a exigência de qualificações elevadas pode introduzir no recrutamento político, privilegiando indivíduos com determinadas características sociais (acesso a ensino superior, por exemplo) em detrimentos de outros com diferentes percursos e origens. Em termos de diversificação social, este enviesamento sugere que, embora mais heterogéneo do que o poder central, o poder local ainda reproduz barreiras informais de

acesso à participação política por parte de indivíduos com menor acumulação de capital académico.

A profissão de origem dos autarcas acrescenta outra camada interpretativa. Ainda que a presença de advogados/as ou engenheiros/as seja relevante, o poder local demonstra maior permeabilidade a percursos profissionais diversificados, incluindo trajetórias associadas a setores de impacto comunitário direto, como professores/as, técnicos/as de serviços sociais ou mesmo formações ligadas às ciências agrárias e ambientais – diferente da realidade parlamentar, onde as profissões liberais continuam hegemónicas. Este padrão reforça a ideia de que o cargo de Presidente de Câmara Municipal exige, para além de competências técnicas, um enraizamento comunitário que não depende exclusivamente da pertença a elites profissionais tradicionais, mas também da capacidade de mobilizar redes locais de confiança e reconhecimento.

A partir da presente análise sugiro também que as lógicas de acesso à participação política local motivam percursos de mobilidade social ascendente. Uma proporção significativa dos autarcas provém de famílias com baixos níveis de escolaridade e inserção profissional em setores tradicionalmente classificados como de menor capital económico e cultural (Erikson, Goldthorpe e Portocarero, 1979; Bourdieu, 2011). A ascensão a cargos políticos executivos, frequentemente mediada pela obtenção de formação superior e pelo envolvimento em redes partidárias locais, evidencia a capacidade do sistema político local funcionar como canal de mobilidade ascendente. Esta constatação não só contrasta com a tendência historicamente registada nas elites nacionais, onde a reprodução social é mais forte (Best e Cotta, 2000; Freire, Lobo & Magalhães, 2007) como sugere a capacidade de o poder local funcionar como espaço de diversificação social da composição das elites políticas, contrariamente à ideia sugerida até aqui.

Por fim, as experiências políticas dos inquiridos revelam percursos na sua maioria curtos e pouco expansivos. A baixa percentagem de autarcas com experiência em cargos executivos prévios ou em juventudes

partidárias, bem como o facto da maioria estar no primeiro mandato, sugere que o acesso à presidência de câmara não depende, necessariamente, de um percurso político longo ou progressivamente hierárquico. Este padrão pode ser interpretado de duas formas: por um lado, enquanto sinal de abertura e renovação, que permite a entrada de novos perfis e experiências, reforçando a diversidade social e funcional dos e das representantes locais; por outro, como indício de que o poder local continua a ser, em parte, conceptualizado como um degrau intermédio numa carreira política mais ampla, reproduzindo a hierarquização entre níveis de poder e contribuindo para a concentração do capital político nas elites partidárias nacionais. No seguimento deste último ponto, recordo ainda que pelo menos 25 inquiridos indicaram que o primeiro contacto com a política ocorreu num momento de candidatura. Este facto não deve ser interpretado, de forma imediata, como sinal inequívoco de democratização do acesso ao cargo, na medida em que pode refletir o funcionamento discreto, mas decisivo, das estruturas partidárias enquanto principais *gatekeepers* do campo político. Em muitos casos, os partidos políticos identificam e mobilizam individualidades locais, reconhecidas e respeitadas nas suas comunidades, para integrarem as suas listas de modo a garantir manutenção da influência partidária. Este processo, ainda que possa alargar a base social de recrutamento, continua a reproduzir uma lógica de intermediação controlada, onde a abertura é, em grande medida, condicionada pela capacidade dos partidos em selecionar e legitimar candidaturas, mais do que resultante de dinâmicas espontâneas de participação cidadã.

Em conjunto, os resultados apresentados permitem identificar o poder local português como um espaço híbrido e paradoxal, onde coexistem dinâmicas de abertura e de reprodução. Por um lado, verifica-se a emergência de sinais de democratização e de relativa diversificação social, materializados nos percursos de mobilidade social ascendente de indivíduos oriundos de contextos familiares com baixos níveis de escolaridade e profissões pouco valorizadas socialmente, bem como pela centralidade

da proximidade territorial que ancora a legitimidade política na relação direta com as comunidades locais. Estes elementos sugerem que o poder local pode funcionar como uma via de mobilidade social, oferecendo oportunidades de participação a perfis que, noutros níveis da governação, poderiam ver o seu acesso mais limitado.

Por outro lado, persistem barreiras estruturais que contrariam a plena concretização desse potencial. As desigualdades de género, a valorização das credenciais académicas e o papel decisivo dos partidos políticos na seleção de candidatos evidenciam que o campo político local continua a reproduzir padrões clássicos de formação e recrutamento de elites. Este cenário não anula os sinais de abertura, mas obriga a compreender que democratização e exclusão – ou, pelo menos, seleção – são processos que podem decorrer em simultâneo, ainda que sob formas distintas. O paradoxo do poder local português reside precisamente nesta sobreposição: ser, ao mesmo tempo, um espaço de proximidade e uma arena marcada por lógicas de reprodução social e política.

Assumir este carácter paradoxal não deve ser visto como uma limitação, mas antes como uma chave analítica para compreender o funcionamento real da democracia local. As autarquias, enquanto instituições de proximidade, possuem uma flexibilidade que pode permitir processos de inclusão e renovação. Nas palavras de Fernando Ruivo, "trata-se de perspetivar a instância local como forma de intermediação entre Estado e sociedade", atuando como agente de mediação entre centro e periferia (Ruivo, 1991: 77). No entanto, esta inscrição em estruturas políticas mais amplas – o referido *centro* –, dependentes de regras partidárias e de hierarquias sociais, torna inevitável a persistência de desigualdades. A tensão entre estes dois polos — abertura e reprodução — é constitutiva do campo político local e traduz-se em oportunidades e desafios para o futuro da democracia portuguesa.

Neste sentido, é fundamental que a investigação futura – e, em particular, a que me encontro a desenvolver no âmbito do meu projeto doutoral – aprofunde dimensões que aqui ficaram apenas esboçadas. A análise

aqui apresentada, inscrita numa lente macro centrada na caracterização sociográfica e na leitura de tendências gerais de recrutamento político, deverá ser complementada com uma análise mais atenta e particularizada das trajetórias biográficas, segundo uma lente *micro*, que permita compreender as especificidades individuais dos percursos de vida dos e das Presidentes de Câmara Municipal até à chegada ao cargo, mas também nos processos de adaptação quotidiana ao exercício dessa função.

O poder local português deve, assim, ser pensado como um laboratório democrático: um espaço onde se testam mecanismos de inclusão, mas também onde se reproduzem desigualdades persistentes. Reconhecer esta ambivalência é condição necessária para repensar as políticas de recrutamento e representação, reforçar a diversidade social e de género nas elites políticas e assegurar que a proximidade territorial se traduz não apenas em legitimidade formal, mas também em democratização substantiva.

## Referências

Abrantes, Pedro, e Cristina Roldão (2014), "Faces e metamorfoses do poder: uma sociografia dos ministros da educação no Portugal democrático", *Educação e Pesquisa,* 40, 1045-1060.

Almeida, Maria Antónia Pires de (2013), *O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de câmara e governadores civis, 1936-2012*, Lisboa, e.book.

Almeida, Maria Antónia Pires de (2015), "Longevidade nas autarquias e responsabilização dos autarcas: questões pendentes no poder local em Portugal", *Mátria* XXI, 4, 119-138.

Best, Heinrich, e Maurizio Cotta (2000), *Parliamentary representatives in Europe 1848-2000*, Oxford, Oxford University Press.

Bourdieu, Pierre (2011), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Edições 70.

Cameira, Tânia Pereira-Reduto, e Maria Manuela Natário (2015), "Dinâmicas de relacionamento nas câmaras municipais", *Economía, Sociedad y Territorio*, 15 (49), pp. 723-746.

Chamboredon, Hélène, Fabienne Pavis, Muriel Surdez, e Laurent Willemez (1994), "S'imposer aux imposants: à propos de quelques obstacles rencontrés par des sociologues débutants dans la pratique et l'usage de l'entretien", *Genèses* (16), pp. 114-132.

Cozinheiro, Sofia, e Ricardo Vieira (2008), "A entrevista biográfica na (re)construção de cinco histórias de ser e se tornar idoso(a)", em Fernando Cruz (org.), *Etnografia. Actas do III Congresso Internacional*, Póvoa de Varzim, AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural, pp. 151-168.

Creswell, John, Vicki Plano Clark, Michelle Gutman, e William Hanson (2003), "Advanced mixed methods research designs" em Abbas Tashakkori e Charles Teddlie (org.), *Handbook of Mixed Methods in Social and Behavioral Research*, Thousand Oaks, Sage, pp. 209-240.

Cruz, Nuno Ferreira da, e Rui Cunha Marques (2014), "Revisiting the determinants of local government performance", *Omega*, 44, pp. 91103.

Denters, Stephen, e Lawrence Rose (eds) (2005), *Comparing Local Governance. Trends and Developments*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.

Dubar, Claude (2012), "A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional", *Cadernos de Pesquisa*, 42 (146), pp. 351-367.

Erickson, Robert, John Goldthorpe, e Lucienne Portocarrero (1979), "Intergenerational class mobility in three Western European societies", *British Journal of Sociology,* 30 (4), pp. 415-441.

Espírito Santo, Ana, e Michael Baum (2004), "A participação feminina em Portugal numa perspectiva longitunidal", *Actas do V Congresso Português de Sociologia*, pp. 1-11.

Fernandes, António Teixeira (2012), "Poder local e democracia", *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, Série I (2), pp. 29–59.

Freire, André (1998), "Lógicas de recrutamento parlamentar: Os deputados portugueses, 1975-1999", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 28, pp. 115-147.

Freire, André (2002), "A profissionalização política dos deputados portugueses", *Sociologia, Revista do Departamento de Sociologia da FLUP,* (XII), pp. 27-56.

Freire, André, e Marco Lisi (2015), "Reformas eleitorais autárquicas (passadas e futuras)", em Luís de Sousa, António Freitas Tavares, Nuno Ferreira da Cruz e Susana Jorge (org.), *A Reforma do Poder Local em Debate*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 109-120.

Freire, André, e Conceição Pequito Teixeira (2011), "A escolha antes da escolha: a seleção dos candidatos a deputados — Parte II: teoria e prática", *Revista de Ciências Sociais e Políticas* (2), pp. 31-48.

Freire, André, Marina Costa Lobo, e Pedro Coutinho Magalhães (eds.) (2007), *Eleições e Cultura Política. Portugal no Contexto Europeu*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Freire, André, Tito Matos, e Vanessa Alcântara de Sousa (2001), "Recrutamento parlamentar", *Sociologia*, 38 (39), pp. 183-208.

Goldsmith, Michael, e Page, Edward (eds.) (2010), *Changing Government Relations in Europe. From Localism to Intergovernmentalism*, Londres, Routledge.

González-Díaz, Romel Ramón, e Gladys Inés Bustamante-Cabrera (2021), "Predictive sequential research design to study complex social phenomena", *Entropy*, 23 (5), pp. 627.

Heinz, Walter (2003), "Combining methods in life-course research: a mixed Blessing?" em Walter Heinz e Victor Marshall (org), *Social Dynamics of the Life Course. Transitions, Institutions and Interrelations*, Berlim, Walter de Gruyter, pp. 73-90.

Hewson, Claire (2006), "Mixed methods research" em Victor Jupp (ed), *The Sage dictionary of Social Research Methods*, London, Sage, pp. 179-180.

Higley, John (2010), *Elites e Democracia*, Lisboa, Livros Horizonte.

Jalali, Carlos (2015), "A reforma do sistema político local" em Luís de Sousa, António Freitas Tavares, Nuno Ferreira da Cruz e Susana Jorge (org.), *A Reforma do Poder Local em Deb*ate, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 103-109.

Kazee, Thomas (1994), *Who Runs for Congress? Ambition, Context, and Candidate Emergence*, Washington, CQ Press.

Kertzer, Joshua, e Jonathan Renshon (2022), "Experiments and surveys on political elite", *Annual Review of Political Science*, 25 (1), pp. 529-550.

Lei n.º 1/2001, de 14 de agosto. Diário da República, 1.ª série, n.º 180. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei-organica/1-2001-524039

Lei n.º 86/1976, de 10 de abril. Diário da República, 1.ª série, n.º 85. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/diario-republica/86-1976-78796

Leite Viegas, José Manuel, e Sérgio Faria (1999), "Participação política feminina: Percursos, constrangimentos e incentivos", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 30, pp. 55-87.

Lisi, Marco (2011), "A profissionalização das campanhas em Portugal: partidos e candidatos nas eleições legislativas de 2009", *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, 2, pp. 109-128.

Martins, Carla (2012), "O género na Assembleia da República em 36 anos de democracia: Parlamento mais paritário mas ainda um "clube masculino"", *Media & Jornalismo,* 1 (21), pp. 25-62.

Michels, Robert (1982), *Sociologia dos Partidos Políticos*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

Mills, Charles Wright (1956), *The Power Elite*, Oxford, Oxford University Press.

Mineiro, João (2019), "Classes sociais, trajetórias de vida e lugares de poder: uma abordagem etnográfica da representação política", *Sociologia Online*, 20, pp. 11-35.

Mineiro, João (2022), *Fazer Política. Uma Etnografia da Assembleia da República*, Porto, Edições Afrontamento.

Monteiro, Nuno Gonçalo (2012), *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Mosca, Gaetano (1939), *The Ruling Class*, Nova Iorque, McGraw Hill Book Company.

Nico, Magda (2011), *Transição Biográfica Inacabada. Transições para a Vida Adulta em Portugal e na Europa na Perspectiva do Curso de Vida*, dissertação de doutoramento, Lisboa, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa.

Norris, Pippa (ed) (1997), *Passages to Power. Legislative Recruitment in Advanced Democracies*, Cambridge, Cambridge University Press.

Norris, Pippa, e Joni Lovenduski (1995), *Political Recruitment. Gender, Race and Class in the British Parliament*, Cambridge, Cambridge University Press.

Oliveira, António Cândido (2021), *A Democracia Local em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Pareto, Vilfredo (1935), *The Mind and Society. A Treatise on General Sociology*, Nova Iorque, Dover Publications.

Putnam, Robert (1976), *The Comparative Study of Political Elites*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.

Ruivo, Fernando (1991), "Um estado labiríntico: a propósito das relações entre o poder central e o poder local em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 33, pp. 165-199.

Sapage, Sónia, e Filipa Almeida Mendes (2021, 27 de Setembro), "Número de mulheres à frente de câmaras caiu. São apenas 9%", *Público*, https://www.publico.pt/2021/09/27/politica/noticia/numero-mulheres-frente-camaras-caiu-sao-apenas-9-1978731

Saraiva, Ana Paula (2017), "Liderança política no feminino: as presidentes de câmara no poder local em Portugal, relatório de investigação", *Faces de Eva*, 37, pp. 41-61.

Sousa, Luís de, António Freitas Tavares, Nuno Ferreira da Cruz, e Susana Jorge (2015). *A Reforma do Poder Local em Debate*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Tavares de Almeida, Pedro, e António Costa Pinto (2004), "Portuguese Ministers, 1851-1999: Background and Paths to Power" em Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto e Nancy Bermeo (org), *Who Governs Southern Europe? Regime Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000*, Londres, Frank Cass Publishers.

Tavares, António (2022), *Governo Local e Administração Autárquica*, Lisboa, Edições Sílabo.

Teixeira, Ana Lúcia Albano (2017), *Desigualdades de Género nos Cargos Políticos em Portugal. Do Poder Central ao Poder Local*, tese de doutoramento, Lisboa, Universidade NOVA de Lisboa.

Teles, Filipe (2021), *Descentralização e Poder Local em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Walgrave, Stefaan, e Jeroen Joly (2018), "Surveying individual political elites: a comparative threecountry study", *Quality & Quantity*, 52 (5), pp. 2221-2237.

Wessels, Bernhard (1996), *Legislative Recruitment in Germany. Professionalization or Political Class?*, Berlim, Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB).